

**GOVERNACÃO DA TERRA, EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM MOCAMBIQUE:**

Uma perspectiva da Iniciativa Moçambicana para a Promoção da Boa Governação (1)

1. Introduzindo o assunto

A Iniciativa Moçambicana para Promoção da Boa Governação (IMPROG) é uma organização da sociedade civil que não prossegue fins lucrativos e tem como principal objectivo contribuir para a melhoria contínua da qualidade da governação, concorrendo para um desenvolvimento político, económico e social equilibrado de Moçambique. A IMPROG tem como visão a construção de um Moçambique mais democrático e próspero para todos.

Neste sentido, destaca-se como missão da organização a promoção da observância e actualização progressiva dos princípios de boa governação na gestão do processo político e políticas públicas mais abrangentes e efectivas em Moçambique.

A IMPROG faz parte da recém formada Plataforma da Sociedade Civil para Recursos Naturais e Indústria Extractiva, que tem por objectivo a união de esforços entre as organizações da sociedade civil que trabalham neste sector. O surgimento da plataforma parte do reconhecimento dos desafios que a exploração dos recursos naturais impõe a sociedade civil, ao Governo e outras forças vivas da sociedade moçambicana. Neste âmbito,

até ao momento a plataforma possui duas dezenas de membros, que actua em diversas áreas, nomeadamente desenvolvimento do meio rural, media, advocacia, educação comunitária, conservação ambiental, pesquisa socioeconómica.

Para a IMPROG assegurar a boa governação dos recursos naturais pode contribuir para a redução da pobreza e promoção do desenvolvimento social e político de Moçambique. Para que tal seja possível é necessário que todos os principais actores (Governo, sector privado, Assembleia da República, sociedade civil, as lideranças, autoridades e comunidades locais, partidos políticos, etc.) envolvidos directa ou indirectamente neste processo comportem-se de forma socialmente responsável. Esta questão é levantada numa altura em que paira na opinião pública nacional uma certa expectativa e ansiedade sobre como será o país a curto, médio e longo prazos, tendo em conta a actual dinâmica da expansão da indústria extractiva.

Prosseguindo, não devemos nos esquecer que os recursos ora em questão não são renováveis. Neste contexto, como garantir a sua exploração de forma sustentável e transparente? Quais os benefícios que o país está a retirar dos

contratos assinados com as multinacionais que estão a operar neste momento? Como assegurar que as divisas captadas com a expansão da indústria extractiva moçambicana contribuam para o aumento da capacidade do Estado em prover serviços básicos (educação, saúde, habitação, transporte, etc.) em qualidade e quantidade? Qual é o sentimento das comunidades locais face às medidas de mitigação dos impactos sociais e ambientais dos projectos ora implementados e em implementação? Qual é o cometimento da liderança política em relação à boa governação e transparência na indústria extractiva com enfoque na Iniciativa para Transparência na Indústria Extractiva (ITIE)? Como garantir a participação das organizações da sociedade civil de base e de outros actores e instituições sociais na monitoria dos impactos sócio-económicos e ambientais dos projectos ligados à indústria extractiva?

Como se pode notar, as questões são várias e muitas ainda ficam por formular. Tal demonstra a premência do assunto para a jovem nação moçambicana. São estas questões que servirão de fio condutor da presente reflexão sem serem esgotadas.

Assim, partimos do pressuposto de que o mundo enfrenta hoje

muitos desafios complexos, destacando-se entre outros as mudanças climáticas, rápida urbanização, aumento da demanda por recursos naturais, alimentação, água e insegurança energética, aumento de desastres naturais e conflitos. Muitos destes desafios têm uma clara dimensão da terra, incluindo: acesso desigual, insegurança na posse, uso insustentável, fraca capacidade institucional para a resolução de disputa e conflitos relacionados com a terra (UN-HABITAT 2010). Chega-se a considerar a terra como o único recurso que pode ser considerado o mais importante de um país. O acesso à terra e outros recursos naturais e a segurança, associado à posse, tem um impacto significativo no processo de desenvolvimento. Contudo, estes direitos estão sendo crescentemente minados pela fraca governação, mudanças climáticas, conflitos e desastres naturais, crescimento da população e urbanização e a demanda por novas fontes de energias, como por exemplo o biocombustível (UN-HABITAT 2010).

Neste processo, os grupos vulneráveis e desfavorecidos são os que mais sofrem com o impacto relacionado com a degradação da terra e direitos de propriedade. Ao nível global, apenas 30% da terra está

formalmente registada. Neste universo retrocitado (30%), apenas 2% das mulheres tem formalmente registados os direitos de uso e aproveitamento da terra (UN-HABITAT 2010).

Em virtude das dinâmicas sociais, económicas e políticas que se vivem na actualidade, nos últimos 15 anos tem emergido um novo pensamento global e iniciativas para melhorar a governação (gestão) da terra. Este novo paradigma, ao invés da gestão advoga a governação da terra, olhando para questões como a transparência, accountability, participação, equidade, justiça e Estado de direito. Este novo pensamento global reconhece a importância das abordagens pró-pobres e sensibilidade em relação à género em matérias relacionadas com a gestão e administração da terra (UN-HABITAT 2010).

Admite-se que, por um lado, a boa governação da terra pode garantir que os direitos da terra e recursos naturais sejam reconhecidos e protegidos. Deste modo, pode-se contribuir para a redução da fome, pobreza, promoção do desenvolvimento social e económico e uma urbanização mais sustentável. Por outro lado, a fraca governação, em contraste, tem consequências adversas para a sociedade, contribuindo em certos casos para cap-

tura do Estado (onde forças poderosas adquirem recursos provenientes da terra em seu próprio benefício) ou corrupção administrativa (onde os oficiais governamentais usam o seu poder para enriquecimento ilícito, deixando de executar as tarefas que lhes são incumbidas/apontadas (UN-HABITAT 2010).

Considera-se que em muitas cidades no mundo os pobres vivem sob constante medo de serem despejados, ou seja, hoje em dia é muito comum o desenvolvimento baseado em despejos/desalojamento.

Neste processo de desalojamento, tendencialmente as melhores terras ficam nas mãos dos mais poderosos e os mais pobres e a mulher são os mais afectados com a fraca capacidade de governação da terra (UN-HABITAT 2010).

Neste contexto, a governação da terra diz respeito "às regras, processos e estruturas, por meio dos quais são tomadas as decisões sobre o acesso para uso da terra, a forma como as decisões são implementadas e executadas, e o modo como são geridos os interesses conflitantes em torno da terra". Esta inclui tanto as ferramentas legais e políticas para a terra, incluindo práticas tradicionais e informais que gozam de legitimidade social (UN-HABITAT 2010).